

Lavras 7 Energias Renováveis S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	5
Demonstrações de resultado	6
Demonstrações de resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua Verbo Divino, 1400 - Conjunto Térreo ao 801 – parte,

Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos acionistas da
Lavras 7 Energia Renováveis S.A
Caucaia – CE.**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lavras 7 Energias Renováveis S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Lavras 7 Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e as normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 30 de abril de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6


Laércio Gésio Lucinda

Contador CRC 1SP241847/O-9

Lavras 7 Energias Renováveis S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.214	1.611
Contas a receber	6	965	681
Impostos a recuperar		163	146
Pagamentos antecipados		51	250
Outras contas a receber com partes relacionadas	7	5.770	6.005
Total do ativo circulante		9.163	8.693
Ativo imobilizado	8	87.936	93.461
Total do ativo não circulante		87.936	93.461
Total do ativo		97.099	102.154
Passivos	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores e outras contas pagar	9	1.391	584
Contas a pagar de partes relacionadas	7	-	100
Imposto de renda e contribuição social		-	718
Obrigações tributárias		216	301
Adiantamento de clientes		656	-
Outras obrigações		15	-
Empréstimos e financiamentos	10	4.289	983
Dividendos a pagar		34	34
Total do passivo circulante		6.601	2.720
Empréstimos e financiamentos	10	32.722	36.856
Provisão para desmontagem da Central Solar		1.010	925
Total do passivo não circulante		33.732	37.781
Patrimônio líquido			
Capital social	11.1	76.407	74.710
Prejuízos acumulados	11.2	(19.641)	(13.057)
Total do patrimônio líquido		56.766	61.653
Total do passivo e patrimônio líquido		97.099	102.154

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lavras 7 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	12	8.609	7.095
Custos dos serviços	13	<u>(10.829)</u>	<u>(9.079)</u>
Prejuízo bruto		(2.220)	(1.984)
Despesas operacionais			
Gerais e administrativas	14	(376)	(422)
Outras receitas		<u>-</u>	<u>172</u>
Resultado antes das despesas (receitas) financeiras líquidas e impostos		(2.596)	(2.234)
Receitas financeiras	15	171	231
Despesas financeiras	15	<u>(4.159)</u>	<u>(4.138)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(6.584)</u>	<u>(6.141)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lavras 7 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações de resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
Prejuízo do exercício	(6.584)	(6.141)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente total do exercício	<u>(6.584)</u>	<u>(6.141)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lavras 7 Energias Renováveis S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2024		69.798	(6.916)	62.882
Aumento de capital social	11.1	4.912	-	4.912
Prejuízo do exercício	11.2	-	(6.141)	(6.141)
Saldos em 31 de dezembro de 2024		74.710	(13.057)	61.653
Aumento de capital social	11.1	1.697	-	1.697
Prejuízo do exercício	11.2	-	(6.584)	(6.584)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		76.407	(19.641)	56.766

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Lavras 7 Energias Renováveis S.A.
Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(6.584)	(6.141)
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com o caixa			
Depreciação	8.1	5.525	5.534
Juros sobre financiamentos	10.1	3.859	3.643
Descontos no pagamento sobre captação de empréstimos	10.1	-	(262)
Juros de desmobilização do ativo imobilizado	8.2	85	78
Provisão de receita		(284)	(63)
Baixa do imobilizado	8.1	-	790
		2.601	3.579
Variações dos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber		-	9
Impostos a recuperar		(17)	(35)
Fornecedores e outras contas a pagar		808	(290)
Pagamentos antecipados		199	(140)
Outros tributos a recolher		(85)	64
Outros ativos		234	-
Outros passivos		571	(207)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		3.594	2.980
Pagamento de juros de empréstimos	10.1	(3.840)	(3.342)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(718)	(1.130)
Caixa líquido utilizados nas atividades operacionais		(247)	(1.492)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento de capital social	11.1	1.697	351
Pagamento de principal de empréstimos	10.1	(847)	(788)
Caixa líquido utilizados nas atividades de financiamento		(2.990)	(437)
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		603	(1.929)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		1.611	3.540
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		2.214	1.611
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa		603	(1.929)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Lavras 7 Energias Renováveis S.A. ou “Companhia” ou “Lavras 7” constituída no dia 25 de outubro de 2019, na forma de sociedade anônima de capital fechado e domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Fazenda Lavras, S/N, Entroncamento da BR-222 com a CE-422 GLEBA 6, Sítios Novos, Caucaia – CE.

A Companhia tem por objeto social a construção, instalação, operação, manutenção e comercialização de energia gerada pela Usina Solar Fotovoltaica Lavras 7 Energias Renováveis S.A”, localizada no município de Caucaia no estado do Ceará.

1.1 Projeto de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia Lavras 7 Energias Renováveis S.A., possui autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, que lhes foi outorgada em 09 de junho de 2020:

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW)
Lavras 7 Energias Renováveis S.A.	8898/2020	09/06/2020	35 anos	20

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possui o seguinte contrato de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Lavras 7 Energias Renováveis S.A.	Contrato de Compra e Venda de Energia Incentivada Especial – CCVEIE	3,9600	116,71	IPCA	01/01/2023 a 31/12/2037	Janeiro

1.3 Outras informações

A Companhia iniciou as operações dos parques fotovoltaicos em 12 de agosto de 2022.

2 Apresentação e base de elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas pela Diretoria em 30 de abril de 2026.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.1 Base de preparação – Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Julgamento, estimativas e premissas contábeis significativas

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

(i) Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 8 – Imobilizado (aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis).
- Nota 8 – Provisão para desmontagem (reconhecimento e principais premissas).
- Nota 16 – Instrumentos financeiros – (principais premissas para divulgação do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado).

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

3 Principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações estão descritas a seguir.

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante o período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

3.2 Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

A Companhia possui transações de conta corrente com outras empresas do “Grupo” que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas.

3.3 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

(iv) Depreciação

A Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo são as seguintes:

Central Solar	25 anos
Central Solar desmontagem	33 anos
Instalações	15-25 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

3.4 Provisão para desmobilização de ativos

Os custos de desmobilização de ativos de geração são provisionados com base no valor presente dos custos esperados para cumprir a obrigação, utilizando fluxos de caixa esperados, com base na melhor estimativa na data de reporte, e são reconhecidos em contrapartida dos custos do correspondente ativo. A atualização financeira da provisão é reconhecida na demonstração do resultado conforme incorrido. A provisão é revisada anualmente e quaisquer ajustes de estimativa são efetuados em contrapartida do custo do ativo.

A Companhia reconheceu provisão para custos com a desmobilização de suas usinas fotovoltaicas com base em estimativas e premissas relacionadas às taxas de desconto e ao custo esperado para a desmobilização e remoção ao fim do prazo de autorização dessas usinas. Estes custos podem divergir do que vierem a ser incorridos pela Companhia.

A taxa real de desconto utilizada para o cálculo do valor presente do passivo foi de 9,19% baseado nas taxas livre de risco NTN-B e IPCA projetado, o qual é corresponde a referência de taxa similar ao término das autorizações.

3.5 Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou grupo de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Administração da Companhia realizou o teste de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros e concluiu que nenhuma provisão seria necessária.

3.6 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.7 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequente, demonstrados pelo custo amortizado.

Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo.

3.9 Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Desreconhecimento

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

- i. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR):
Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
- ii. Ativos financeiro ao custo amortizado:
Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.

Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados subsequentemente ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 16.

c. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

3.10 Cortes de geração (*Curtailment*)

A Companhia foi afetada ao longo do exercício de 2025 pelo crescimento dos cortes de geração de energia (*curtailment*), o que afetou diretamente a receita da Companhia e os custos com a compra de energia.

A regulamentação do *curtailment* iniciou-se com as usinas eólicas, por meio da suspensão dos ressarcimentos nos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) e na Contratação de Energia de Reserva (CER), por meio do Despacho nº 2.303/2019, até a regulamentação do tema. Após dois anos, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) regulamentou a disciplina por meio da Resolução Normativa (REN) nº 927/2021.

Os geradores fotovoltaicos tiveram um histórico de regulamentação semelhante, sendo que, as usinas solares do ACR e na CER tiveram o marco e a forma de ressarcimento estabelecidos, provisoriamente, em 2022, por meio do Despacho nº 1.407/2022. O Despacho nº 1.688/2022 aprovou a metodologia provisória do *curtailment*, possibilitando que as frustrações de geração das usinas solares fossem contempladas, provisoriamente, nos ressarcimentos apurados no âmbito dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs) do tipo disponibilidade e dos CERs das usinas solares fotovoltaicas.

Apenas em 2023, a ANEEL publicou a REN nº 1.073/2023, que reconheceu o *curtailment* de usinas, trazendo uma metodologia transitória até a publicação de uma metodologia definitiva de ressarcimento, a qual estava em discussão por meio da Consulta Pública ANEEL nº 009/2025, que ainda não teve resolução publicada. Tanto a Resolução Normativa de eólicas quanto a de solares foram consolidadas na REN nº 1.030/2022.

É importante destacar que as usinas solares do Ambiente de Contratação Livre (ACL) só podem ser ressarcidas a partir de 01 de abril de 2024. Além dos períodos de contratação, a ANEEL incluiu na regulamentação outras regras, como:

- Apenas cortes classificados como “indisponibilidade elétrica” poderão ser ressarcidos.
- Atingir uma franquia de horas, a ser calculada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS) a cada início de ano.

Entretanto, em 25 de novembro de 2025, a promulgação da Lei nº 15.269/2025 trouxe um novo ordenamento jurídico para os cortes ocorridos entre 01 de setembro de 2023 e a data de publicação da referida lei. Mediante a assinatura de um Termo de Compromisso com o Poder Concedente, titulares de usinas solares e eólicas poderão fazer jus à compensação dos cortes por indisponibilidade externa, sem franquia de horas, e de confiabilidade elétrica. Como contrapartida, a compensação está condicionada: i) à renúncia do direito de discutir, nas vias administrativa, arbitral ou judicial, compensações pretéritas e ii) à desistência de eventual ação judicial em curso. Em decorrência da nova legislação:

- A CCEE, por meio dos Comunicados nº 937/25 e 971/25, suspendeu as recontabilizações, até que o tema seja integralmente regulamentado.
- O Ministério de Minas e Energia (MME) instaurou a Consulta Pública nº 210/2025 para discutir a minuta do Termo de Compromisso, cujo prazo de contribuições encerrou-se em 16 de janeiro de 2026.

Considerando os eventos acima descritos, ressalta-se que, até a data de autorização de emissão destas demonstrações contábeis, a Administração da Companhia não deliberou formalmente sobre a intenção de aderir (ou não) ao termo de compromisso previsto na Lei 15.269 e, portanto, de renunciar

às ações judiciais relacionadas ao *curtailment*. Vale ressaltar que as deliberações finais da Companhia ocorrerão somente após as próximas deliberações sobre o tema. Consequentemente nenhum ganho relativo a compensação econômica pelos eventos de restrições nas operações foram reconhecidas nestas demonstrações contábeis.

3.11 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente de acordo com os contratos.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica a partir de fonte solar fotovoltaica e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos

No que tange a geração de energia, obrigação de desempenho acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras de resgate imediato, que são reconhecidas no resultado.

3.12 Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício de 2025 são calculados com base no lucro real trimestral.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis foram efetivas para exercício iniciado em 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. CPC 51 Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras

O CPC 51 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Financeiras e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

c. Reforma tributária

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu uma ampla reforma no sistema tributário brasileiro. A nova estrutura prevê, entre outros aspectos, a substituição gradual de tributos atualmente existentes por um modelo de imposto sobre valor

agregado dual, composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal, e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência compartilhada entre estados e municípios.

A implementação do novo sistema ocorrerá de forma gradual, com período de transição previsto entre 2026 e 2033, durante o qual os tributos atuais serão progressivamente substituídos pelos novos tributos sobre o consumo.

A Administração da Companhia vem acompanhando a regulamentação e avaliando os potenciais impactos da reforma tributária em suas operações, incluindo possíveis efeitos sobre:

- a estrutura de custos e formação de preços;
- a apuração e recuperação de créditos tributários;
- a classificação e apresentação de tributos nas demonstrações financeiras; e
- os sistemas e processos relacionados à apuração fiscal.

Até a data de emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar de forma confiável todos os impactos financeiros da reforma, uma vez que parte relevante das regras operacionais ainda depende de regulamentação por leis complementares e normas infralegais.

A Companhia continuará monitorando o desenvolvimento da legislação e revisará suas estimativas e políticas contábeis conforme necessário, divulgando eventuais efeitos relevantes em períodos futuros, em conformidade com os requisitos de divulgação previstos nas normas contábeis aplicáveis.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixas e bancos	-	72
Aplicações financeiras	2.214	1.539
	<u>2.214</u>	<u>1.611</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em caixa, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, prontamente conversíveis em montantes conhecidos de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, conforme estabelecido pelo CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa.

As aplicações financeiras da Companhia são de renda fixa e mantidas nas principais instituições financeiras do país. Tais aplicações possuem liquidez imediata e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia.

Essas aplicações referem-se substancialmente a aplicações automáticas remuneradas com base em taxa de mercado indexada ao Certificado de Depósito Interbancário (CDI). A remuneração dessas aplicações varia de acordo com o prazo de permanência dos recursos, com percentuais que podem chegar até 100% do CDI.

6 Contas a receber

	2025	2024
Clientes nacionais a faturar (*)	681	497
Clientes nacionais com partes relacionadas a faturar (*) – Nota 7	284	184
	965	681

(*) Corresponde aos valores provisionados pela venda de energia já entregue e não faturada. A provisão é revertida nos meses seguintes, quando ocorre o faturamento mensal com a missão da nota fiscal.

7 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de energia entre as empresas do Grupo. A controladora final da Companhia é a Canadian Solar Brasil I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

	2025	2024
Balanço patrimonial		
Contas a receber		
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP) (*)	284	184
	284	184
Outras contas a receber com partes relacionadas (**)		
Lavras 6 Energias Renováveis S.A.	5.770	6.005
	5.770	6.005
Fornecedores		
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP) (**)	189	132
	189	132
Outras contas a pagar com partes relacionadas (****)		
Lavras 6 Energias Renováveis S.A.	-	100
	-	100
Demonstração do resultado		
Receita operacional bruta		
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP) (*)	2.088	1.714
	2.088	1.714
Custo - Energia comprada para revenda		
Canadian Solar Des. de Usinas Solares Ltda (BRDP) (***)	(636)	(75)
	(636)	(75)

(*) O saldo refere-se a venda de energia para BRDP em decorrência da necessidade da venda de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos.

(**) Os valores referentes a outras contas a receber com partes relacionadas refere-se a transações de energia das controladas para suprir a necessidade de energia para atendimento dos contratos.

(***) O saldo refere-se à compra de energia da BRDP, em decorrência da necessidade de aquisição de energia no mercado de curto prazo para atendimento de seus contratos de vendas.

(****) Os valores referentes a outras contas a pagar com partes relacionadas são operações de conta corrente “reforço de caixa” entre as empresas do Grupo.

7.1 Pessoal – chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024. A remuneração da Administração da Companhia é paga pela Canadian Solar desenvolvimento de Usinas Solares LTDA.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferece outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço.

8 Imobilizado

	2025	2024
Imobilizado em serviço	87.936	93.461
	87.936	93.461

8.1 Movimentação do imobilizado

	Central Solar	Central Solar Desmontagem	Instalações	Total
Saldo em 31 de dezembro 2023	86.522	750	12.513	99.785
Baixas	(790)	-	-	(790)
Transferências	12.513	-	(12.513)	-
Depreciação do exercício	(5.508)	(26)	-	(5.534)
Saldo em 31 de dezembro 2024	92.737	724	-	93.461
Depreciação do exercício	(5.499)	(26)	-	(5.525)
Saldo em 31 de dezembro 2025	87.238	698	-	87.936
Taxa média anual de depreciação	4%	3%	4%	-6,67%

8.2 Provisão para custos com desmobilização

	Ativo	Passivo
Saldo inicial em 2024	750	847
(-) Depreciação	(26)	-
Juros (*)	-	78
Saldo final em 2024	724	925
(-) Depreciação	(26)	-
Juros (*)	-	85
Saldo final em 2025	698	1.010

A Companhia realizou a revisão de suas premissas, e não identificou nenhuma variação significativa no montante registrado, houve somente o reconhecimento dos juros conforme cálculo efetuado pela companhia. O saldo na Central Solar Desmontagem e na Provisão de Desmontagem (passivo) em 2025 é de R\$ 1.010 e em 2024 foi de R\$ 925.

9 Fornecedores e outras contas a pagar

	2025	2024
Materiais e serviços (a)	1.203	452
Fornecedores partes relacionadas – Nota 7	189	132
	1.392	584

Em 2025, os saldos de materiais e serviços a pagar referem-se a aquisições e contratações necessárias para o processo de manutenção dos parques de energia fotovoltaica.

10 Empréstimos e financiamentos

	2025	2024
Banco do nordeste (BNB)	37.011	37.839
	37.011	37.839
Circulante	4.289	983
Não Circulante	32.722	36.856

10.1 Movimentação e composição dos empréstimos 2025 e 2024

Saldo inicial 2025	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Descontos	Saldo final 2025
37.839	3.859	(3.840)	(847)	-	37.011
37.839	3.859	(3.840)	(847)	-	37.011
Saldo inicial 2024	Juros	Pagamento de juros	Pagamento de principal	Descontos	Saldo final 2024
38.588	3.643	(3.342)	(788)	(262)	37.839
38.588	3.643	(3.342)	(788)	(262)	37.839

10.2 Informações contratuais

<u>Emissão</u>	<u>Quantidade</u>	<u>Eventos de pagamentos</u>	<u>Remuneração</u>	<u>Emissão e vencimento</u>	<u>Saldo Final 2025</u>	<u>Saldo Final 2024</u>
		Juros – pagamento a cada trimestre a partir de 15/06/2022 e amortização do principal de forma mensal a partir de julho de 2023		25/05/2022 e 15/06/2046		
Banco do nordeste (BNB)	38.845		IPCA+4.5824%		37.011	37.839

(a) Covenants

Os contratos de financiamento com a BNB possuem cláusulas restritivas de covenants quantitativas e qualitativas, os quais são acompanhadas pela administração da Companhia. Para o ano de 2025 e 2024 não houve nenhum descumprimento de covenants declarado pelo banco.

(b) Garantias

Os Empréstimos e financiamentos tem como garantia a alienação fiduciária de ações, bem como Garantia corporativa da Canadian Solar Inc e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios.

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
2026	-	623
2027	867	802
2028	816	826
2029	850	859
2030 em diante	30.188	33.745
	<u>32.722</u>	<u>36.856</u>

11 Patrimônio líquido

11.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital subscrito e integralizado está representado por 76.407 (74.710 em 31 de dezembro de 2024) totalmente subscritas e integralizadas, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	2025		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Lavras II Holding S. A	76.407	76.407	100%
	76.407	76.407	100%

	2024		
	Quantidade de ações	R\$ mil	% do capital social
Lavras II Holding S. A.	74.710	74.710	100%
	74.710	74.710	100%

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024 ocorreram os seguintes aportes e redução de capital:

		Quantidade de ações	Valor
Saldo final em 2023		69.798	69.798
18/11/2024	AFAC	4.561	4.561
12/12/2024	Aporte de capital	351	351
Saldo final em 2024		74.710	74.710
10/02/2025	Aporte de capital	200	200
10/07/2025	Aporte de capital	1.375	1.375
07/11/2025	Aporte de capital	122	122
Saldo final em 2025		76.407	76.407

11.2 Prejuízos acumulados

A Companhia apresentou em seu Balanço Patrimonial prejuízo líquido do exercício de R\$ 6.584 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, totalizando em R\$ 19.641 (R\$ 6.141 em 31 de dezembro de 2024, totalizando R\$ 13.057).

12 Receita operacional líquida

A Companhia gera receita pela venda de energia elétrica produzida pelas usinas fotovoltaicas. A tabela a seguir apresenta a composição analítica por tipo de receita apresentadas na demonstração do resultado:

	2025	2024
Receita de venda de energia	7.327	6.196
Receita de venda de energia - Intercompany (*)	2.088	1.659
Impostos incidentes sobre vendas e descontos (**)	(806)	(760)
	8.609	7.095

(*) Conforme demonstrado na nota explicativa 7;

(**) Regime não cumulativo, sendo PIS (1,65%) e COFINS (7,6%).

Durante o exercício de 2025, a Companhia gerou 49.160 MWh (47.269 MWh em 2024), fornecido diretamente para cumprimento do contrato.

13 Custo dos serviços

	2025	2024
Depreciação	(5.525)	(5.534)
Encargos do uso da rede elétrica	(3.934)	(2.317)
Operação e manutenção	(20)	(71)
Serviços de terceiros	(910)	(702)
Serviços de segurança	(96)	(82)
Seguros	(241)	(373)
Aluguéis	(103)	-
	(10.829)	(9.079)

14 Despesas gerais e administrativas

	2025	2024
Serviços de terceiros (*)	(365)	(413)
Tributárias	(9)	-
Despesas indedutíveis	(2)	(1)
Outros	-	(8)
	(376)	(422)

(*) Referem-se a despesa com prestação de serviços de consultoria, propaganda e marketing e despesas com cartório.

15 Resultado financeiro, líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	171	214
Atualização monetária	-	3
Ressarcimento de venda de energia	-	14
	171	231
Despesas financeiras		
Juros de financiamentos	(3.673)	(3.366)
Comissão financeira (a)	(314)	(517)
Multas	(22)	-
Juros	(66)	(174)
Juros de desmobilização do ativo imobilizado	(84)	(78)
Outros	-	(3)
	(4.159)	(4.138)
	(3.988)	(3.907)

(*) Durante o exercício, a empresa pagou comissões e corretagens referentes à intermediação de empréstimos financeiros, conforme contrato do empréstimo.

16 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é realizado por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros e o risco de crédito de seus ativos financeiros. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e de liquidez.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

16.1 Classificação dos instrumentos financeiros:

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros.

O Contas a receber de clientes, empréstimos e financiamentos, e fornecedores e outras contas a pagar, classificados como custo amortizado possuem o valor contábil como uma aproximação razoável do valor justo.

		2025	2024
		Contábil	Contábil
	Nota		
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Caixas e bancos	5	-	72
Aplicações financeiras	5	2.214	1.539
Contas a receber	6	965	681
Outras contas a receber com partes relacionadas		5.770	6.005
Total		8.949	8.297
Classificação de instrumentos financeiros			
	Nota	Contábil nível 2	Contábil nível 2
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores e outras contas a pagar		1.392	584
Outras contas a pagar com partes relacionadas		-	100
Empréstimos e financiamentos		37.011	37.839
Total		38.403	38.523
		2025	2024
		Valor justo	Valor justo
	Nota		
Ativos financeiros			
Custo amortizado			
Caixas e bancos	5	-	72
Aplicações financeiras	5	2.214	1.539
Contas a receber	6	965	681
Outras contas a receber com partes relacionadas		5.770	6.005
Total		8.949	8.297
Classificação de instrumentos financeiros			
	Nota	Valor justo	Valor justo
Passivos financeiros			
Custo amortizado			
Fornecedores e outras contas a pagar		1.392	584
Outras contas a pagar com partes relacionadas		-	100
Empréstimos e financiamentos		37.011	37.839
Total		38.403	38.523

16.2 Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco. Com base nos dados disponíveis no Banco Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% dos empréstimos e financiamentos.

b. Risco cambial

A Companhia não está exposta a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras são denominadas, e as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia. A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$), a Companhia não possui transações em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Análise de sensibilidade das taxas de juros

31 de dezembro de 2025

	Cenário				
	Variação	Provável	Sensibilidade		
	2025	2026	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	14,90%	12,13%	(12,13%)	(15,16%)	(18,20%)
Risco de aumento de taxas, juros e índices – IPCA (b)	4,26%	3,91%	(3,91%)	(4,89%)	(5,87%)
Risco de redução do ativo e passivo	Índices	2025	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
			el		
Aplicações financeiras		2.214	(269)	(336)	(403)
Empréstimos e financiamentos		37.011	(4.489)	(5.612)	(6.734)

31 de dezembro de 2024

	Cenário				
	Variação	Provável	Sensibilidade		
	2024	2025	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de redução das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,77%	14,83%	(14,83%)	(18,54%)	(22,25%)
Risco de aumento de taxas, juros e índices – IPCA (b)	4,80%	5,60%	(5,60%)	(7,00%)	(8,40%)

Risco de redução do ativo e passivo	Índices	2024	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Aplicações financeiras		1.539	(228)	(285)	(342)
Empréstimos e financiamentos		37.839	(2.119)	(2.649)	(3.178)

(a) Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) – fonte - Bradesco Longo Prazo.

(b) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - fonte - Bradesco Longo Prazo.

c. Risco de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros da Companhia. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito:

	Nota	2025	2024
		Contábil	Contábil
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.214	1.611
Contas a receber	6	965	681
Contas a receber com partes relacionadas	7	5.770	6.005
Total		8.949	8.297

A Companhia realiza operações com instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras apenas com instituições de primeira linha, cuja classificação de risco atribuída por agência de *rating* de referência dos principais montantes, é AAA.br.

A Companhia avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Administração não julgou necessário o reconhecimento de provisão para perdas esperadas e por esse motivo não há índice de perda estimadas de créditos para as contas a receber de clientes a vencer e vencidas.

d. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições

normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Risco de liquidez

Em 31 de dezembro de 2025

	Fluxo de caixa contratuais				
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	1.392	1.392	1.392	-	-
Empréstimos e financiamentos	37.011	84.376	1.108	3.157	80.111
	38.403	85.768	2.500	3.157	80.111

Em 31 de dezembro de 2024

	Fluxo de caixa contratuais				
	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	584	584	55	529	-
Empréstimos e financiamentos	37.839	81.995	1.003	3.028	77.964
	38.423	82.579	1.058	3.557	77.964

17 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

17.1 Transações que não envolvem caixa

Em 31 de dezembro de 2025 as operações que não afetaram caixa nas operações da Companhia estão demonstradas a seguir:

	2025
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Provisão para custos com desmobilização	26
	2024
Reconciliações entre as adições do imobilizado e adições do fluxo de caixa	
Adiantamento para futuro aumento de capital, sem efeito caixa	4.561

18 Provisão para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.